

# Necessidades especiais e turismo: desafio e busca de qualidade<sup>1</sup>

## *Necessities special and tourism: challenge and search of quality*

Isabela Minatel Bassi <sup>(a)</sup>

(a) Graduanda em Turismo pela Faculdade Internacional de Curitiba - Facinter. isaminatel@yahoo.it

### Resumo

Percebendo a carência de atividades de todos os âmbitos e especialmente de lazer aos portadores de necessidades especiais - acuidade visual, este artigo apresenta uma nova forma de turismo social, o turismo para pessoas cegas. Reconhecendo a intrínseca necessidade do lazer presente em todo ser humano e o direito às férias e ao divertimento conquistado por todos os cidadãos, faz-se necessário oportunizar a prática turística - sendo essa uma das principais e mais condecoradas formas de lazer - a todas as pessoas respeitando e adequando-se às suas diferenças e peculiaridades quando se trata de uma limitação advinda de uma deficiência. Um histórico sobre deficiência de maneira generalizada é parte do trabalho também um panorama especificamente sobre a cegueira e suas exigências particulares é apresentado. As adaptações necessárias ao público específico com o qual se pretende trabalhar também são levadas em conta, assim como toda a dificuldade que permeia a vida de pessoas com a deficiência visual e suas conseqüências e influências no comportamento e na conduta de tais indivíduos. Com o conhecimento do assunto pretende-se também acabar com mitos e idéias erradas dos videntes em relação aos cegos. Sempre pertinente ressaltar o processo de compensação que acontece aos indivíduos cegos que, pela ausência da visão, potencializam outros órgãos do sentido, constatação esta que pode ser muito bem aproveitada em trabalhos com este público. Finalmente são apresentados casos de sucesso nos quais atividades turísticas e cegos formam um casal harmonioso.

**Palavras-chave:** Deficiência visual. Lazer. Turismo. Turismo social.

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado sob a orientação da docente Nívea Canalli Bona.

## Introdução

Inicialmente, para compreensão efetiva do assunto abordado, cabe explorar alguns conceitos de turismo que, segundo Fuster (1999, p. 11), “é, de um lado, conjunto de turistas, de outro, os fenômenos e as relações que essa massa produz em consequência de suas viagens”.

Já para McIntosh (*apud* Beni, 2001, p. 36) “Turismo pode ser definido como a ciência, a arte e a atividade de atrair e transportar visitantes alojá-los e cortesmente satisfazer suas necessidades e desejos”. Entretanto, Beni (*apud* Bissoli, 1999, p. 23), afirma que “o fenômeno turismo é tão grande e complexo que é praticamente impossível expressá-lo corretamente; ocorre em diferentes campos de estudo, em que é explicado conforme diferentes correntes de pensamento e verificado em vários contextos da realidade social”.

A definição aceita do ponto de vista formal é aquela dada pela Organização Mundial do Turismo (OMT): “soma de relações e de serviços de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais”.

Ainda conceituando, Trigo (1999, p. 12) diz que corresponde a “uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outras regiões ou países visando à satisfação de outras necessidades que não a de atividades remuneradas”.

É importante também considerar o que defende Krippendorf (*in*: Oliveira, 2002, p.45) “o turismo não constitui um mundo a parte que obedece a leis próprias, mas uma consequência e, simultaneamente, um componente do sistema social industrial, da organização dos seres humanos e da civilização moderna”. É, pois, parte integrante do sistema social.

Inexato e complexo por envolver diversos setores de atividades como as citadas, como viagens, hospedagem, alimentação e lazer, o turismo necessita de potenciais naturais ou artificiais, que funcionam como atrativos para o desenvolvimento dos produtos turísticos. Ao planejar e realizar a

atividade turística de uma região deve-se levar em conta a sustentabilidade das ações para valorização e conservação do patrimônio turístico, pensando nas gerações futuras e evitando a degradação, destruição e até extinção de paisagens, faunas, floras e outros bens componentes da oferta turística local. Em uma visão idealizada e esperançosa, Andrade (2002, p. 99) assevera que “Produtivo e dinâmico, o turismo se aproveita, de maneira intensiva e permanente, de todo o potencial dos recursos naturais sem esgotá-los, e também dos recursos e riquezas criados, propiciando todos os meios possíveis para conservá-los e valorizá-los tanto quanto possível (...)”.

O turismo gera empregos, capta divisas e ajuda a população a resolver grande parte de seus problemas econômicos. No entanto, sem planejamento, não será uma atividade sustentável, uma vez que o turismo sustentável ajuda na preservação do meio ambiente, melhorando as condições de vida da população. Como afirma Ruschmann (2001, p. 70), é sustentável quando visto como “a perfeita triangulação entre as destinações (seus hábitos e habitantes), os turistas e os prestadores de facilidades para os visitantes”. A autora acrescenta que na atualidade, o turismo sustentável “procura adequar os interesses de cada um dos parceiros do triângulo, minimizando as tensões e buscando um desenvolvimento em longo prazo, pelo equilíbrio entre o crescimento econômico e as necessidades de conservação do meio ambiente”. Mas a viabilização desse desenvolvimento sustentável carece de políticas específicas e de maior interesse de todos os envolvidos.

É interessante destacar ainda que a atividade turística bem estruturada traz desenvolvimentos de ordem econômica e social, tornando núcleos enfraquecidos em produtivos e trazendo lucratividade em pouco tempo (Andrade, 2002).

Para uma melhor compreensão e aprofundando um pouco mais sobre a natureza e estrutura da oferta turística, eis algumas de suas características particulares, apontadas por Andrade (2002, p. 101):

- não admite estocagem ou reserva;

- seus recursos são estáveis e consumidos no próprio receptivo em que são produzidos e comercializados;
- seus recursos são estáticos: não podem ser transportados em seu todo ou em partes significativas, sem alterações no próprio conjunto do potencial;
- os recursos são imóveis: os turistas é que se deslocam para usufruí-los.

Finalizando essa exposição sobre turismo, atividade e oferta turística, é importante enfatizar que se houver o cuidado necessário com a utilização de um planejamento racional e sustentável para o desenvolvimento dessa atividade, resultados positivos são alcançados para todas as partes: comunidade receptora, profissionais do turismo e, é claro, os turistas.

### Compreendendo a deficiência visual

Focando na abordagem específica a ser tratada neste artigo, turismo para deficientes visuais, cabe compreender também alguns esclarecimentos sobre cegueira e visão subnormal. Segundo o informativo *O que é Deficiência Visual* da Associação dos Deficientes Visuais do Paraná (ADEVIPAR), portador de deficiência visual é toda pessoa que apresenta **cegueira** ou **visão subnormal** - visão reduzida - em ambos os olhos.

**Cegueira** é a perda total ou resíduo mínimo de visão, que leva o indivíduo a necessitar de equipamentos específicos para o desenvolvimento educacional e integração social. A pessoa com **visão subnormal** é aquela que possui resíduo visual que a possibilita ler impressos a tinta, de forma ampliada ou com o uso de equipamentos específicos. Tanto o portador de cegueira total como o de visão subnormal carecem de recursos didáticos especiais para garantir suas possibilidades de desenvolvimento e participação social.

Ao contrário de algumas teorias e definições, a deficiência visual não precisa ser necessariamente considerada de ordem física, mas sim sensorial, uma vez que afeta um dos 5 órgãos dos sentidos - visão, audição, tato, olfato

e paladar. Como mostra Oliveira (2002, p. 10), “no caso particular da cegueira, prefiro considerá-la uma deficiência do tipo sensorial - distinguindo-a assim da deficiência física, com a qual a cegueira é muitas vezes identificada, mas que convém mais ao homem paraplégico, por exemplo”.

Ainda conforme esse autor, talvez a associação de cego com a expressão deficiente físico seja a responsável pelo preconceito que faz do homem que não vê ser, muitas vezes, vítima da suposição de que a cegueira faz dele um ser totalmente inválido. Cabe aqui destacar que “a privação de uma faculdade fisiológica não basta para definir um indivíduo (...) na vida, de forma geral, o estado de visão é apenas um dos muitos elementos a serem tidos em conta, no que tange ao conhecimento de um indivíduo”. (Oliveira, 2002, p.12).

Dada a semelhança existente entre a situação da pessoa cega e a daquela que tem visão subnormal, ambas são incluídas no mesmo contexto com frequência em prol da maior agilidade do discurso. Assim, são usados de forma genérica os conceitos de "cegueira" e de "cego", mais acessíveis a todos, desde que isso não comprometa a precisão semântica requerida pelo contexto. (Oliveira, 2002).

A cegueira dificilmente pode ser disfarçada ou passar despercebida, pois é uma deficiência que compromete também a habilidade motora, o que a torna rapidamente perceptível ao que vê.

A cegueira evidencia-se facilmente na prática cotidiana. Através dos movimentos do cego ela se mostra aos olhos de quem vê, pois a ausência de visão compromete a habilidade motora: o homem não vidente caminha e move-se com certo embaraço. Pode-se ver que um homem é cego ao acompanhá-lo com os olhos enquanto ele se move. (OLIVEIRA, 2002, p. 53).

A visão é o sentido que nos possibilita fazer as diferenciações entre as pessoas e entre os objetos, e na falta deste, discernir as coisas se torna uma tarefa muito mais complicada e ainda pode ser responsável por causar situações de embaraço. Fica também restrito o reconhecimento de valor dos objetos.

Necessidades especiais e turismo: desafio e  
busca de qualidade

Quanto mais valioso o órgão, mais problemática é a sua ausência. O drama da cegueira consiste fundamentalmente na incapacidade de estabelecer as devidas diferenças visíveis entre os seres. Para o cego, o mundo visível tende a igualar-se: via de regra, é o mesmo estar diante de um quadro de Botticelli ou de uma tela em branco. (Oliveira, 2002, p. 41).

Ainda baseando-se nos estudo do mesmo autor, constata-se que o indivíduo privado da visão busca nos outros órgãos de sentido - audição, tato, olfato - as compensações para orientação e reconhecimento do mundo.

No caso da pessoa cega, o olfato tende a desempenhar função importante, na dinâmica de orientação. É comum que o cego diferencie o ambiente a partir dos odores característicos que o circundam: conhece a sapataria pelo cheiro de couro, a farmácia pelo de medicamento e assim por diante. (Oliveira, 2002, p. 198).

No que diz respeito ao sentido tátil temos que o alcance tátil é bastante limitado, pois as mãos podem tocar um chapéu e perceberem convenientemente suas formas, seu detalhamento e sua composição integral. O que já não ocorre com uma montanha, por exemplo, ou com estruturas tridimensionais muito pequenas e complexas nos detalhes.

Existem ainda objetos que podem ser vistos, mas que estão absolutamente fora do alcance das mãos humanas como a Lua. Alguns fenômenos físicos que, sob contato direto ameaçam a nossa sobrevivência ou o bem-estar físico como o fogo, para a percepção tátil também se torna inviável. Não obstante, os olhos os vêem sem risco para o nosso corpo.

As mãos percebem os contornos e texturas de objetos tridimensionais que tenham dimensões compatíveis com o alcance tátil: o galho de uma árvore pode ser acessível ao tato, permitindo ao cego usufruir de sua eventual beleza. Mas isso dificilmente se dá com a árvore inteira, faltando ao cego a possibilidade de apreensão do todo. É a mesma situação que teríamos ao comparar uma pedra com uma montanha. No mundo tridimensional, comumente o que interessa esteticamente aos olhos não encontra correspondência no tato. A beleza de um aposento bem mobiliado é algo que só os olhos podem perceber com propriedade. Por mais apurado que seja o tato, a percepção precisa de cada móvel ou objeto isolado não confere ao homem cego a idéia de conjunto - e é dessa idéia que emerge a beleza do ambiente. (...) O tato pode permitir ao cego o conhecimento satisfatório do que seja um chapéu, uma bengala ou

um travesseiro. Nunca, porém, o tato concede ao cego a percepção adequada do que seja um avião, um poste telefônico ou uma nuvem. (Oliveira, 2002, p. 25 e 246).

É importante, quando se trata de cegueira, considerar a informação de que, para o cego, 75% das impressões sensoriais são transmitidas ao cérebro por via auditiva, enquanto que para o vidente, no mínimo 80% desse mesmo potencial sensorio são percebidos e endereçados ao cérebro através dos olhos. Essas são estatísticas que defendem o papel dos olhos e dos ouvidos como sentidos nobres. (Oliveira, 2002).

Existe um fator determinante relacionado ao aprendizado da pessoa cega que é a análise relacionada aos indivíduos que nasceram cegos e aos que ficaram cegos. Com relação a isso, Oliveira afirma que:

As restrições sensoriais impostas pela deficiência visual dependem do modo como que esta se manifesta. Em geral, as impressões visuais registram-se na memória apenas a partir dos seis anos de idade, aproximadamente; se uma pessoa torna-se cega antes dessa faixa etária, na prática, é como se tivesse nascido sem ver. (Oliveira, 2002, p. 47).

Vale ainda destacar algo sobre as terminologias usadas quando se trabalha com deficientes visuais pois segundo Oliveira (2002), a imprecisão terminológica, ainda hoje, não resolvida é sinal do pouco interesse por parte da sociedade em compreender e aceitar a deficiência. O autor aponta ainda que os próprios termos incapacidade, invalidez, deficiência, já trazem consigo uma noção preconceituosa e confusa acerca do assunto.

Sendo assim, faz-se necessário esclarecer que o termo cego, ao contrário do que pensam algumas pessoas, não é ofensivo, pejorativo ou inadequado e pode ser usado com naturalidade como expressão de uma característica comum. Já a palavra **vidente**, usada neste ensaio, relaciona-se sempre com o indivíduo que vê normalmente com ou sem ajuda de lentes.

### **A importância do turismo para deficientes visuais: algumas observações**

Em uma exploração sutil sobre as motivações que levam as pessoas a viajar temos que:

O ser humano está sempre à procura de um ninho. (...) A moradia é um quarto, um apartamento, uma casa, um pequeno jardim, um pequeno pátio, um bairro, uma aldeia, uma cidade. A moradia é dormir, comer, é a família, os contatos sociais, os lazeres (...). A habitação reveste-se de importância social. (...) O lar adquire uma importância cada vez maior pois é onde nos libertamos dos fardos. É o contrapeso ao estresse crescente provocado pela vida moderna. Mas ele não consegue também satisfazer todos os anseios e desejos. Pelo contrário, as condições da habitação continuam a se degradar em vez de melhorar. (Krippendorf, 2000, p. 112).

Sob essa ótica, constatando que a habitação e o lar não estão conseguindo satisfazer todos os anseios e desejos das pessoas e reconhecendo a necessidade do contrapeso ao estresse provocado pela vida moderna, é que a idéia da viagem aparece como ferramenta auxiliar para que os indivíduos possam desfrutar da possibilidade de liberarem seus fardos.

Viajar é descansar, refazer-se, e corresponde à reconstituição das forças físicas e psíquicas consumidas pela vida cotidiana. “O lazer e as férias parecem mais necessários do que nunca para proporcionar uma boa saúde”. (Krippendorf, 2000, p. 46).

Não é preciso muito esforço para perceber que atualmente viajar é saudável. É o que faz o ser humano recobrar as forças para conseguir continuar com suas atividades de rotina, do cotidiano, que se repetem incansavelmente. Se viajar já se tornou necessidade para qualquer indivíduo, focando no objeto estudado mais profundamente, o deficiente visual, e supondo a existência de uma escala de nível de necessidade de viajar, provavelmente os cegos estariam entre os que mais precisam desse remédio.

Aos cegos a pressão do cotidiano é ainda maior pois em relação aos indivíduos de visão normal podem surgir sentimentos de comparação e, com estes, a desqualificação, o isolamento, a solidão, a inveja... (...) Tudo parece convidá-lo a trazer à tona a questão de fazer face

um mundo cuja tônica é dada pelos padrões e condicionamentos ditados, especialmente, pelos videntes. (Amiralian, 1997, p. 45)

Segundo Krippendorf (2000), viajar é compensar e integrar-se socialmente. Essa é a eterna busca de qualquer pessoa portadora de necessidade especial: integrar-se socialmente. Viajar é então uma atividade - ferramenta de integração social - que seguramente trará benefícios a qualquer indivíduo e, particularmente, aos portadores de deficiência visual, de maneira mais marcante e significativa, pois oportunizará a eles uma maior integração na sociedade. Até mesmo porque a Organização das Nações Unidas destaca a necessidade de que, em todos os países, sejam dadas às pessoas deficientes as mesmas oportunidades que têm os demais cidadãos de desfrutar da dinâmica econômica e social.

Krippendorf (2000) escreve ainda que viajar é comunicar-se, pois durante as férias deseja-se estabelecer contato com outras pessoas. Dessa forma, com pessoas abertas a novos contatos, surge a oportunidade de integração social ao cego que terá maior facilidade para o estabelecimento de novos vínculos de amizade e para a troca de experiências, assim como é comum a qualquer indivíduo. Vale sempre lembrar que o contato estabelecido com um indivíduo portador de necessidades especiais (acuidade visual) é baseado mais em outros sentidos corporais, como a audição e o tato, respeitando-se, obviamente, a intimidade, liberdade e cultura de cada indivíduo.

Krippendorf (2000) diz ainda que viajar é ser livre e autônomo. Raras são as situações em que o portador de necessidades especiais (acuidade visual) sente-se livre e autônomo. Isso se dá pela dependência causada pela própria deficiência. Sendo assim, se a viagem oportuniza e favorece essa condição e sentimentos de liberdade e autonomia, então para o cego ela é, no mínimo, muito indicada.

De acordo com a afirmação de Krippendorf (2000, p. 38), “Depois do ‘direito às Férias’, o ‘direito à viagem’ se tornou uma reivindicação sociopolítica: todas as camadas sociais devem ter acesso à mesma”. As

peças portadoras de necessidades especiais, como os cegos, não apresentam nada que justifique sua exceção à essa regra ou direito.

Também Vaz (1999, p. 42) lembra que “Pressionadas por necessidades diversas de origens interna e externa e em diferentes graus de intensidade, as pessoas buscam (nas viagens) benefícios que atendam às privações experimentadas, que representem compensação aos fatores de cuja falta se ressentem”. O autor fala ainda em “privações experimentadas” que é uma expressão extrema e até intrinsecamente pertinente ao objeto de estudo escolhido, os cegos. A esse respeito questiona-se: Será possível a existência de uma privação maior a uma pessoa do que a da visão?

Em um mundo e em uma época em que a maioria dos estímulos de aprendizado são visuais, como nos diz Oliveira (2001, p.29) em sua obra *Do essencial invisível: arte e beleza entre os cegos*: “Nesse processo de aprender, o sentido visual desempenha papel central. É o mais útil para a importantíssima prática da imitação, responsável direta pela aquisição do nosso acervo cognitivo durante os primeiros anos de vida”.

Sem falar no *marketing* e na publicidade que nos bombardeiam com incontáveis imagens, cores, desenhos e figuras, estímulos estes ignorados ou pouco aproveitados pelos que sofrem de alguma deficiência visual séria. Conforme afirma Amiralian (1997, p. 50) “a televisão, os *outdoors*, a vitrine.(...) Vivemos hoje mergulhados em um mundo de cores e sombras. E os sujeitos cegos, como ficam neste mundo predominantemente visual?” A questão fica ainda mais séria quando pensamos nos padrões atuais de beleza fundamentados essencialmente pela visão como nos explica Oliveira (2002, p. 38): “Para a Estética, ramo da Filosofia que estuda a beleza, a cegueira é a mais importante de todas as deficiências. Isso porque se choca com o privilégio natural que o homem confere ao olhar, sempre que se fala da beleza: o belo é, em grande parte, um assunto visual”. Existe ainda a questão da etiqueta e dos bons modos. “Nos hábitos alimentares, o não-vidente costuma enfrentar problemas que inexistem para o homem que vê. Via de regra, é difícil para o cego aprender a portar-se à mesa de modo aceitável perante a sociedade”. (Oliveira, 2002, p. 42)

Um outro agravante é pensar nas questões relacionadas à beleza feminina. Sobre este assunto oliveira escreve:

É socialmente legítimo que uma mulher se empenhe em atrair os olhares de um homem, da mesma forma como é permitido a um homem admirar publicamente o que a mulher exhibe da sua pessoa. Nisto reside a dupla inferioridade do cego: ele não pode admirar visualmente uma mulher e, em decorrência, perde o interesse para ela; só poderia fazê-lo apalpando-a, mas o ato de apalpar é repellido como anti-social (sobretudo em público). (Oliveira, 2002, p. 43)

A audição e o tato são as duas formas mais eficientes na percepção do mundo externo pelo deficiente visual e substituem, em parte, a própria visão. Mas, obviamente, apresenta diversas limitações e problemas ligados, por exemplo, ao que podemos chamar alcance tátil.

As mãos percebem os contornos e texturas de objetos tridimensionais que tenham dimensões compatíveis com o alcance tátil: o galho de uma árvore pode ser acessível ao tato, permitindo ao cego usufruir de sua eventual beleza. Mas isso dificilmente já não se dá com a árvore inteira, faltando ao cego a possibilidade de apreensão do todo. (...) No mundo tridimensional, comumente o que interessa esteticamente aos olhos não encontra correspondência no tato. (...) As mãos podem tocar um chapéu e perceber-lhe convenientemente as formas no seu detalhamento e na sua composição integral. Mas isso já não ocorre quando se trata de uma montanha ou de estruturas tridimensionais muito pequenas e complexas nos detalhes (...). Isso sem falar em objetos que podem ser vistos, mas que estão absolutamente fora do alcance das mãos humanas: a Lua, por exemplo. Por depender do contato direto, a percepção tátil também se torna inviável diante de certas realidades que ameaçam a nossa sobrevivência ou bem-estar físico. É o que impede o cego de conhecer os movimentos das labaredas de uma fogueira. Não obstante os olhos a vêem sem risco para o nosso corpo. (Oliveira, 2002, p. 49)

É normal que com tantas limitações e peculiaridades o cego acabe sendo considerado diferente e estigmatizar o “diferente é uma atitude comum ao longo da história”. (Oliveira, 2002, p. 50)

Se a busca por viajar se dá para atender às privações experimentadas, então os deficientes têm mais motivos que todas as outras pessoas para terem opções de roteiros turísticos, pois a falta que sentem não é só de descanso ou momentos de lazer, mas também de um órgão de sentido tão importante para

a vida e para o desempenho de praticamente todas as atividades humanas. Além disso, há a falta de poderem levar uma vida socialmente aceita e de poderem estar inseridos nas sociedades sem estigmas ou sem serem considerados diferentes, bem como de poderem utilizar os outros sentidos que lhe restam, a exemplo do tato, sem preconceitos ou julgamentos. Mais do que falta de descanso, essas são suas faltas, essas são as privações experimentadas pelos cegos.

Por outro lado, considerando-se o papel preponderante da visão nas relações com o meio, existe a tendência de conceder à visão um valor primordial e, consciente ou inconscientemente, dar à sua ausência conotações que ultrapassam sua real significação. A mente do vidente identifica o não-ver com a incompreensão, incompetência ou incapacidade de compreender, e considera o cego como um ser misterioso, indecifrável ou pobre de emoções e desejos. (Amiralian, 1997).

Mais do que simplesmente a fuga do cotidiano, as férias e o lazer experimentados longe de casa podem se transformar realmente num campo de aprendizado e de experiências, propiciando a oportunidade de enriquecimento exterior, de exercício da liberdade, de compreensão e solidariedade. (Krippendorf, 2000, p. 70) Compreensão e solidariedade amplamente possíveis de se realizar em um ambiente potencializado pela presença dos deficientes que, na maioria das vezes, possuem a dependência do auxílio de terceiros para a realização de diversas atividades.

Outra proposta da participação dos cegos na atividade turística que pode surpreender a grande maioria das pessoas é como guia turístico, já que é uma possibilidade de aproveitar o incrível senso de direção dos cegos, potencializado justamente pela ausência da visão. “Quando uma função está impedida outras vêm em seu socorro, preenchendo as lacunas por meio da elasticidade, da plasticidade e da expressividade dos movimentos da vida”. (Amiralian, 1997, p. 43).

Já existem registros desse tipo de trabalho, como em Fortaleza, o Instituto de Cegos que, em parceria com o Sebrae, trabalha essa iniciativa em cursos de capacitação. Nesse sentido, é sempre válido lembrar que quando se

propõe um trabalho com um público-alvo tão particular, deve-se ter em mente que a comparação dos sujeitos cegos com os videntes é, no mínimo, inadequada (Amiralian, 1997, p. 59).

Fundamentando-se no conceito de *marketing* de que um grupo de consumidores com características e preferências homogêneas formam um segmento de mercado (Vaz, 1999, p. 42), pode-se afirmar que os portadores de necessidades especiais (acuidade visual) formam uma segmentação a ser estudada quanto aos seus interesses, quanto às suas buscas por determinados benefícios e, especialmente, quanto às adaptações a serem feitas nas infra-estruturas dos locais, para que se tornem receptivos também a esse público. Porém é de vital importância destacar que “não existe um tipo de característica de personalidade cega, pois as pessoas cegas, assim como as que vêem, apresentam todo tipo de personalidade possível. Cada pessoa é única em si mesma”. (Amiralian, 1997, p. 62).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas<sup>2</sup>, 10% da população mundial porta algum tipo de deficiência, o que revela um segmento gigantesco de pessoas ávidas por terem suas necessidades atendidas em todas as áreas, inclusive na parte relacionada a lazer e viagens.

É válido também considerar que esse é um nicho de mercado em potencial a ser desenvolvido, que faz crescer e diversificar ainda mais o imenso leque de possibilidades que é o do mercado do turismo.

Constatada a necessidade de explorar o turismo também para o público cego, a questão é: como fazê-lo? Onde levar um grupo de deficientes visuais? Que atividades desenvolver? Quais são os ajustes de infra-estruturas necessários?

Como prova de que o desafio proposto é possível de se realizar, elencamos alguns exemplos bem-sucedidos de experiências envolvendo cegos e turismo numa relação significativamente harmoniosa.

Na região italiana da Emilia Romagna, o Corpo Florestal do Estado já desenvolve um trabalho de pequenas excursões entre bosques com percursos

---

<sup>2</sup> Disponível em <<http://www.onu-brasil.org.br>>. Acesso em abril 2006.

didáticos, especialmente preparados aos cegos. Percebe-se, aqui, como é essencial o envolvimento do poder público em âmbitos de ordem legal e financeira. Também é importante frisar a menção feita aos “percursos didáticos especialmente preparados”, o que confirma a necessidade de adaptações da infra-estrutura, justificada pelo que já citamos de Oliveira (2002) sobre o comprometimento da habilidade motora que acomete os cegos pela ausência da visão.

Já na região de Levanto e Riomaggiore, os centros *diving*, em parceria com o presidente do Parque Franco Bonanini, que já busca modelos de peixes e plantas em formas tridimensionais para serem perceptíveis ao tato, realizam um trabalho ainda mais ousado dedicado aos cegos: o mergulho. Novamente percebemos adaptações quando se relata a busca por peixes e plantas mais perceptíveis ao tato<sup>3</sup>, até mesmo pelo que afirma Oliveira (2002, p. 25) “As mãos percebem os contornos e texturas de objetos tridimensionais que tenham dimensões compatíveis com o alcance tátil”.

Nesse sentido, a imersão das pessoas com dificuldades visuais acontece com instrutores capacitados a esse tipo de trabalho, que acompanham cada indivíduo no toque direto de algas, esponjas e tantas outras espécies marinhas da reserva. São utilizados equipamentos especiais como as máscaras que permitem um constante contato com os visitantes cegos. Também dedicado aos turistas cegos, foi desenvolvido um CD especializado com a narração de um guia, indicando barreiras arquitetônicas vizinhas a monumentos e museus. Também vem contada a história local e descritas as particularidades arquitetônicas mais expressivas. Afinal já se sabe que, para o deficiente visual, 75% das impressões sensoriais são transmitidas ao cérebro por via auditiva (Oliveira, 2002).

---

<sup>3</sup> Disponível em <[http://www.benessere.com/viaggi/itinerari/percorsi\\_disabili.htm](http://www.benessere.com/viaggi/itinerari/percorsi_disabili.htm)>. Acesso em abril 2006.

## Considerações finais

Pretendeu-se que este trabalho proporcionasse, de forma objetiva e esclarecedora, uma familiarização com as principais características a se observar no trabalho da atividade turística com deficientes visuais. Salientaram-se as exigências causadas pela própria deficiência, sendo que essas particularidades não são impedimentos para a prática da atividade turística.

Outra importante finalidade dessa apresentação é a de incentivar a exploração do Turismo como um mercado tão amplo e dinâmico, que envolve os diversos estratos da sociedade e promove a inclusão social, no caso específico dos cegos. Fazer com que as autoridades atentem para esse *casamento* interessante entre cegos e turismo é, sem dúvida, outro desafiador objetivo desse ensaio.

Assim, à medida que a sociedade e as autoridades vão criando intimidade com a nova proposta, percebendo e buscando sua viabilidade e seus resultados efetivos e positivos para todos os participantes da atividade turística, os deficientes visuais estão mais próximos de poderem desfrutar de diversas opções de atividades turísticas, adaptadas às suas condições tendo mais uma oportunidade de inclusão social e de satisfação das suas necessidades outrora menos consideradas.

## Referências

- AMIRALIAN, Maria Lúcia. **Compreendendo o cego. Uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- ANDRADE, José Vicente de. **Turismo - fundamentos e dimensões.** São Paulo: Ática, 2002.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo.** 2. ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- BISSOLI, Maria Ângela Marques. **Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação.** 2. ed. São Paulo: Futura, 1999.
- FUSTER, Luis Fernandez. **Teoria e técnica do turismo.** Campinas: Papirus, 1999.
- KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo.** São Paulo: ALEPH, 2000.
- OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização.** 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- OLIVEIRA, João Vicente Ganzarolli. **Do essencial invisível: arte e beleza entre os cegos.** Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- RUSCHMANN, Doris. **Marketing Turístico.** Campinas, SP: Papirus, 2001.
- TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo básico.** 3. ed. São Paulo: SENAC, 1999.
- VAZ, Gil Nuno. **Marketing Turístico.** São Paulo: Pioneira, 1999.